



10º Encontro Internacional de Política Social 17º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Mundo do trabalho

Do canalial aos lixões: os trabalhadores rurais no norte fluminense

Maria Helena Elpidio Abreu¹
Tatiane Leite Soares²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre alguns aspectos relacionados a formação da divisão racial do trabalho no Brasil, ao elencar elementos do antigo regime que persistiram no atual regime, como a marginalização da população negra no mercado de trabalho, fazendo com que esses permanecessem em condições adversas e violentas. Com isso, serão tecidas breves considerações acerca do racismo no Brasil, sobretudo, no que tange os aspectos relacionados a formação do mercado de trabalho no pós abolição. Para tanto, chama atenção para o trabalho na cana de açúcar e nos lixões no norte fluminense, posteriormente discute-se a realidade dos catadores de materiais recicláveis que estão organizados em cooperativas na cidade de Campos dos Goytacazes, no norte fluminense.

Palavras-chave: racismo; formação do mercado de trabalho; catadores.

From sugarcane fields to landfills: rural workers in the north of Rio de Janeiro

Abstract: The present work aims to disagree on some aspects related to the formation of the racial division of labour in Brazil, by listing elements of the old regime that persisted in the current regime, such as the marginalization of the black population in the labour market, causing them to remain in adverse and violent conditions. With this, brief consideration will be made about racism in Brazil, especially regarding aspects related to the formation of the post-abolition job market. To this end, it draws attention to the work in sugarcane and landfills in the north of Rio de Janeiro, later discussing the reality of collectors of recyclable materials who are organized in cooperatives in the city of Campos dos Goytacazes, in the north of Rio de Janeiro.

Keywords: racism; formation of the labour market; collectors.

Introdução

O artigo está subdividido em três partes em seu referencial teórico: a primeira parte busca fazer uma breve apresentação acerca da formação sócio histórica brasileira, sobretudo no que tange a formação do mercado de trabalho no pós abolição. Elencando aspectos da divisão racial do trabalho, que se caracteriza por ser a divisão do trabalho em relação à etnia e raça, dado ao histórico da colonialidade na América latina durante o período da colonização e seu legado por intermédio do racismo estrutural e institucional. Ao levar em conta essa perspectiva, o próximo item visa abordar brevemente a relação

¹ Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Professora adjunta do departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo e do Programa de Pós graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Email: lenaeabreu@gmail.com

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e mestranda em política social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Email: tatiane.soares@edu.ufes.br

da região norte do estado do Rio de Janeiro, mais especificamente da cidade de Campos dos Goytacazes com a cana de açúcar e a formação de uma aristocracia rural.

O último item busca situar a realidade concreta dos catadores de materiais recicláveis, de modo a desnaturalizar os dados apresentados. Neste sentido o objetivo do presente trabalho, é apresentar alguns elementos constitutivos da divisão racial do trabalho no Brasil, a fim de desvelar o racismo presente na estrutura da sua formação sócio histórica, ao elencar com as particularidades da região norte fluminense da cana de açúcar e posteriormente da catação de materiais recicláveis. Para atingir o objetivo proposto, serão utilizadas obras dos seguintes autores: Almeida e Cruz (2021), Almeida (2021), Cruz (2003), Bosi (2008), Cherfem (2016), Dias e Ghiraldelli (2022), Elpidio (2020), Fernandes (2008), Gorender (2016), Moura (1983), Moura (1988), Moura (2020), Nascimento (1978), Quijano (2005), Silva e Carvalho (2004). A metodologia utilizada para a produção deste trabalho é de natureza quali-quantitativa, os dados utilizados foram coletados pelo Núcleo de Pesquisa em Dinâmica Capitalista e Ação Política (NETRAD, 2022), da Universidade Federal Fluminense (UFF Campos). A análise do trabalho também contou com revisão bibliográfica, na tentativa de dar conta da discussão apresentada pelo tema proposto.

Considerações teóricas sobre a formação sócio histórico brasileira:

De acordo com Quijano (2005), a categoria raça em seu sentido moderno adquiriu conotação classificatória a fim de diferenciar as distinções fenotípicas entre colonizados e colonizadores, produzindo identidades pautadas na classificação racial. “Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista.” (QUIJANO, 2005, p. 118). A partir disso se deu a hierarquização das relações sociais, engendradas a partir da justificativa da dominação de um grupo em detrimento de outro. Desse modo, o racismo se configurou como uma ideologia de dominação em nome da biologia e da cultura, tendo o branco como o ideal a ser atingido (MOURA, 1988). Doravante a esse processo, foram produzidas concepções de superioridade e inferioridade com base na raça, fazendo da América palco do “maior de todos os escândalos, aquele que ultrapassou qualquer outro na história da humanidade: a escravização dos povos negro-africanos.” (NASCIMENTO, 1978, p. 48).

Subsequente ao descobrimento em 1500 das terras americanas pelos portugueses, se instituiu na América do Sul, mais especificamente no Brasil - visto que sua formação sócio histórica apresenta elementos particulares e específicos se comparado a outros países do sul americano, em razão da sua duração e da sua posição geográfica (GORENDER, 2016; MOURA, 1988) - um novo modo de produção, que diferiu do feudalismo que existiu na Europa e do comunismo primitivo presente na América com os povos indígenas. No Brasil, o escravismo penetrou profundamente nas relações sociais, de modo que, em determinado momento, essas relações passaram a tê-lo como base fundante. Conforme salienta Moura (1983, p. 15), “O sistema escravista determinou em toda a extensão geográfica do Brasil o seu ritmo de desenvolvimento e o conteúdo fundamental das suas relações interétnicas.”

O escravismo colonial perdurou quase quatrocentos anos e imprimiu no tecido da sociabilidade brasileira a raça como pressuposto das relações sociais, isso quer dizer que as relações e as classes foram forjadas com base na raça, elegendo uma classe essencialmente branca como dominante (senhores de escravos) e a classe escravista, composta pelos negros africanos trazidos nos navios negreiros para terras brasileiras como subordinada. Os negros eram os trabalhadores mais fundamentais no regime colonial, formavam a base de sustento de toda produção e economia que se pautava na mineração e na agricultura de exportação. Para o regime vigente não interessava as técnicas e produções nativas da população originária, inclusive, esses foram dizimados. O que importava eram os negros trazidos de África, portanto, optou-se por sua importação em grande escala, tornando o tráfico de escravos um dos mais importantes mecanismos de manutenção do regime (MOURA, 1988).

Durante séculos, o Brasil foi saqueado e espoliado pelos colonizadores, fizeram desta terra palco para a realização de seus desejos: o capitalismo industrial, que se desenvolveu na Europa tendo como esteio a expropriação do capital produzido, sobretudo, em terras brasileiras. Enquanto o capitalismo industrial se vigorava na Europa, o escravismo persistia no Brasil, ocasionando seu atraso histórico, mesmo se comparado a outros países que viveram sob o regime escravista, isto porque nenhum outro país viveu sob o escravismo tão duramente e por tanto tempo como aqui. Devido a essas circunstâncias, o Brasil não conseguiu acumular capital capaz de livrá-lo de um capitalismo dependente, portanto a substituição do antigo regime para o novo se deu a

partir de bases heterônomas (MOURA, 1988). Como colônia de exploração, todas as riquezas das terras colonizadas foram entregues ao comércio internacional, transformando o Brasil em um enorme latifúndio da monocultura de cana de açúcar, café e, mais recentemente, de soja. A posição de uma sociedade agroexportadora não permitiu ao país superar a sua condição de uma economia dependente e com uma população essencialmente ex escravizada e miserável (MOURA, 1988). Com isso, o Brasil conservou um conjunto de desigualdades estruturais que se fixaram no bojo de seus processos, reproduzindo-as sistematicamente.

A abolição da escravatura no Brasil, se deu em 1888, sem que o Estado, a igreja e os senhores de escravos fossem responsabilizados em manter por mais de três séculos o antigo regime. Além disso, nenhum mecanismo de assistência foi acionado como reparo pela escravidão, conforme sinaliza Fernandes (2008, p. 35-36):

Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões ideais de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo.

Assim, a população negra migrou de um sistema escravocrata, sendo a principal força de trabalho, o principal motor da economia, para um sistema de economia competitiva que concebia o trabalho livre como o essencial. Assim, restou-se apenas dois caminhos para os ex escravizados: a integração no mercado de trabalho em condições análogas à escravidão, ou seja, em condições similares as quais eles viviam sendo integrado ao operariado, ou ao extremo pauperismo, ao incorporarem o contingente de desempregados (FERNANDES, 2008). Para Fernandes (2008), as condições em que se deu a abolição foi extremamente violenta, ao se pautar em uma espoliação cruel e extrema dos escravizados.

Ademais, cabe destacar que com o advento do novo regime, os negros passaram a ter que competir com os trabalhadores nacionais que faziam parte do exército industrial de reserva e com a mão de obra estrangeira, sobretudo italiana, que recebeu incentivo e subsídios do governo brasileiro para virem para o Brasil, já que supostamente estavam mais habituados ao trabalho livre. Com isso, carregavam a esperança de um suposto progresso nacional, tanto que nas profissões que tinham ligações com o progresso econômico, os estrangeiros eram maioria, já os negros eram vistos como incapazes para o trabalho assalariado (FERNANDES, 2008 e MOURA, 1988). No entanto, cabe

destacar que no antigo regime eram os negros os principais responsáveis pelas atividades, comumente ocupavam a maior parte do mercado de trabalho, eram habilidosos e diligentes, inclusive, importavam técnicas para o Brasil que eram utilizadas no trabalho no continente africano. Portanto, o argumento de que eles não estavam acostumados para o trabalho livre não se sustenta, conforme salienta Moura (1988, p. 68-69).

Durante todo o tempo que o escravismo existiu o escravo negro foi aquele trabalhador que estava presente em todos os ofícios por mais diversificados que eles fossem. Sua força de trabalho era distribuída em todos os setores de atividade. No Rio de Janeiro especialmente sabemos que ele, como escravo urbano, desempenhava as mais variadas profissões a fim de proporcionar o ócio da classe senhorial. Esse mecanismo de equilíbrio e dinamismo, já que as classes senhoriais fugiam a qualquer tipo de trabalho, será atingido quando se desarticula o sistema escravista e a sociedade brasileira é reestruturada tendo o trabalho livre como forma fundamental de atividade. O equilíbrio se parte contra o ex-escravo que é desarticulado e marginalizado do sistema de produção.

Consequentemente, formou-se um contingente de trabalhadores negros expropriados dos seus meios de vida e alijados do mercado de trabalho, compondo a franja marginal da sociedade. Com isso, a divisão racial e social do trabalho permaneceu praticamente a mesma do sistema escravocrata, já que os senhores de escravos permaneceram na classe dominante, agora, detentora dos meios de produção capitalista, a população branca trabalhadora majoritariamente incorporada no mercado de trabalho, e a população negra compondo os desocupados na franja marginal.

Concomitante às bases materiais, se produziu bases ideológicas racistas, cunhado por Moura (1988), de “racismo moderno”. Servindo a essa mesma lógica foi engendrado a ideologia do mito da democracia racial, presente até hoje no Brasil. Esta ideologia é uma “dobradiça amortecedora”, visto que se pauta na compreensão de que as raças convivem em perfeita harmonia e tem por objetivo escamotear os conflitos sociais existentes em ameaça ao regime escravagista (MOURA, 2023). Para Mora (2023), a análise sob esse olhar se furta a uma leitura comprometida com a verdade, em razão da existência dos inúmeros conflitos protagonizados pelos escravos, eles encamparam diversas lutas contra os seus senhores, seja por meio do envenenamento, rebeliões, fugas das senzalas, e a construção coletiva dos quilombos.

Ao apreender a partir dessa breve apresentação sobre a formação sócio histórica brasileira, a partir de concepções que apreendem a divisão racial e social do trabalho, cabe apresentar no próximo item alguns elementos da estruturação do mercado de

trabalho no norte do estado do Rio de Janeiro, especialmente para cidade de Campos dos Goytacazes, chamando atenção para o papel da cana de açúcar no município.

Algumas considerações acerca do trabalho da cana no Norte Fluminense

Como supracitado no item anterior e relata Dias e Ghiraldelli (2022, p. 60), “o escravismo que ocorreu no Brasil é parte essencial do próprio desenvolvimento do país.” Com isso, o presente item objetiva apresentar brevemente a formação do mercado de trabalho e a divisão racial e social do trabalho na região norte do estado do Rio de Janeiro, mais especificamente na cidade de Campos dos Goytacazes, de modo a chamar atenção para o trabalho da cana.

Conforme dito, as bases de formação da sociedade brasileira foram forjadas a partir do modo de produção escravista que mais tarde, veio a ser o capitalismo dependente, conforme já mencionado. “Com essas duas realidades estruturais durante o transcurso da nossa história social foram criados mecanismos ideológicos de barreira aos diversos segmentos discriminatórios” (MOURA, 1988, p. 62). É a partir desse contexto que Clóvis Moura (2020) analisa o racismo como uma arma ideológica de dominação atuante, sobretudo, no capitalismo, pois, o racismo moderno nasceu com o capitalismo, com a justificativa de dominação das nações consideradas civilizadas sob as nações ditas selvagens, fundamento em argumentos científicos. Portanto, pode-se dizer que o racismo moderno é um braço ideológico do capitalismo (MOURA, 2020).

Tendo como pressuposto este contexto da formação sócio histórico brasileira este item visa apresentar algumas consideração acerca da permanência de trabalhadores negros em situações de exploração, precariedade, vulnerabilização e controle do trabalho sob o capitalismo (QUIJANO, 2005), sobretudo, no que tange o acesso ao mercado de trabalho. Com isso, serão levantadas ponderações que interligam o trabalho da cana e, sobretudo, da catação de materiais recicláveis a divisão racial do trabalho estabelecida já no pós abolição, com base nos elementos apresentados no item anterior.

É sabido que a região norte do estado do Rio de Janeiro foi uma das pioneiras na plantação da cana de açúcar, tendo como mão de obra principal, os escravos negros. As condições favoráveis do Brasil fizera do açúcar o principal produto de exportação, suplantado com a descoberta do ouro em Minas Gerais, mas quando a extração do ouro decaiu, o açúcar voltou a ser o principal produto, isso já no século XVIII. Foi sobretudo

no município de Campos dos Goytacazes, localizado na região norte do estado do Rio de Janeiro que despontou como o epicentro da produção de açúcar chegando a ser o maior produtor do Brasil, dada a sua vasta extensão territorial, o solo favorável e a concentração comercial, tornando a metrópole do estado extremamente dependente do município (SILVA e CARVALHO, 2004).

Com o advento do capitalismo, os engenhos de açúcar passaram por inovações tecnológicas que confluíram para a formação de uma aristocracia rural que detinham os escravos, as terras e os engenhos. Com a abolição da escravatura a região passou pela desestruturação do sistema econômico mercantil-exportador e muitos dos médios e pequenos proprietários se endividaram, pois suas produções dependiam da mão de obra escrava, contribuindo com o aceleração da concentração de renda e a continuidade das oligarquias locais – formada pelos antigos senhores de escravos (SILVA e CARVALHO, 2004). Silva e Carvalho (2004), ainda ressaltam que os aspectos culturais limitados dificultaram no pós abolição a formação de um mercado de trabalho eficaz, com salários eficientes que desse para a reprodução social do trabalhador e de sua família. Ademais, criou-se uma população majoritariamente proletária, que precisava vender sua força de trabalho para sobreviver, concomitantemente surgiu populações periféricas, predominantemente formada, pelos proletários e, também por aqueles alijados do mercado de trabalho.

Catadores de materiais recicláveis: trabalhadores oriundos da cana

Com o desenvolvimento do capitalismo e, conseqüentemente, o crescimento industrial e comercial, o lixo passou a ser incorporado na lógica de produção capitalista como matéria-prima. Sendo assim, a relação com o lixo foi se modificando, a partir da necessidade de separação do material reciclável do material orgânico, segundo os preceitos ecológicos e higienistas. Com o aumento do consumo, aumentou-se também a necessidade de controlar a produção do lixo, em grande escala, dado o consumo desenfreado. Com isso, surge a indústria da reciclagem, que está estritamente relacionada com a catação de materiais recicláveis (são os catadores que fornecem matéria prima para essa indústria). A indústria da reciclagem foi a forma na qual o capitalismo encontrou de se apropriar do que “descarta” – o lixo, e transformá-lo em mercadoria (Bosi, 2008).

São os catadores de materiais recicláveis que compõem a maior parte da força de trabalho que está inserida nessa indústria e que só tomou grandes proporções no Brasil, a partir da compreensão de que a separação do material reciclável do lixo era uma tarefa de baixo custo. Para Bosi (2008, p. 104) isso ocorre devido ao trabalho “[...] realizável por trabalhadores cuja remuneração compensasse investimentos de tecnologia para o surgimento do setor de produção de material reciclado.” O autor conclui que por este motivo a catação aglutinou uma mão de obra essencialmente barata, composta por trabalhadores sem contrato de trabalho e sem condições de retornarem ao mercado de trabalho formal. Tomando a análise de Bosi (2008) como referência, conclui-se que a catação de materiais recicláveis surge como uma alternativa frente ao desemprego estrutural que assola centenas de trabalhadores, pois é resultado da exploração e subalternidade presentes no do capitalismo.

Este trabalho pode-se desenvolver através da catação nas ruas ou em associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, em nenhum dos dois casos é assegurado direitos trabalhistas e comumente os catadores trabalham sem nenhum tipo de subsídio e proteção ao manusearem o lixo. Este trabalho é caracterizado por ser uma atividade precarizada e mal remunerada, que consiste na catação de resíduos pós consumo, descartados nas ruas, residências e lixões, e demais pontos de coletas. Segundo o Movimento Nacional dos Catadores (MNCR, 2017), existem entre 800 mil a 1 milhão de catadores atuantes no Brasil, sendo que 70% são mulheres. Nesta análise o gênero se cruza com a raça, pois a maioria dos catadores são negros, e representam 66,1% na atividade da catação (SILVIA, GOES e ALVAREZ, 2013, apud, CHERFEM, 2016).

Observa-se que a catação como atividade informal, vem sendo o aglutinador de uma massa de trabalhadores essencialmente pobres, caracterizada, sobretudo, por mulheres negras trabalhadoras que foram alijadas do mercado de trabalho formal. Nesse contexto, Cherfen (2016) vem alertando para a feminização do trabalho nas cooperativas, ocupado cada vez mais por mulheres, principalmente mulheres negras, devido à baixa qualificação. Com isso, vem atraindo um contingente de mulheres desempregadas e com baixa escolaridade. Para além da divisão sexual do trabalho, Cherfen (2016) traz importantes reflexões no que tange a divisão racial do trabalho, “[...] o conceito de divisão racial do trabalho ajuda a refletir sobre os papéis sociais do trabalho de brancos em detrimento do trabalho de negros.” (CHERFEN, 2016, p. 48).

Na cidade de Campos, essa realidade não é diferente, como já mencionado, o trabalho da catação é umbilicalmente vinculado ao trabalho da lavoura, que por sua vez, detinha como mão de obra principal a da população negra, e Campos era uma das cidades que tinha o maior índice de população negra do Brasil, alocada, sobretudo, no trabalho da cana (SILVA; CARVALHO, 2004). Portanto, a realidade macro se reproduz sistematicamente entre as gerações de catadoras e de catadores de matérias recicláveis atualmente no município, pois são oriundos do trabalho da cana, assim como seus pais.

Como já apresentado, Campos dos Goytacazes é uma cidade conhecida historicamente pela monocultura da cana de açúcar, pois por muito tempo esse produto foi o principal motor da economia campista, sendo suplantado somente em meados dos anos de 1980 com a crise do setor sucroalcooleiro que deixou muitos trabalhadores desempregados, disponíveis para os trabalhos. De acordo com Cruz (2003), esses são os “deserdados da cana”. “Este grupo subalterno continuaria integrado de modo precarizado e desprotegido socialmente em atividades informais e mal remuneradas” (ALMEIDA e CRUZ, 2021, p. 16). O recrudescimento do desemprego acentuado em 1990 e o fechamento das usinas da região, também pressionaram os trabalhadores a buscarem alternativas de sobrevivência (ALMEIDA, 2017), sendo o lixão uma dessas alternativas.

Consequentemente, esses trabalhadores rurais que foram expropriados do campo, ficaram disponíveis para o mercado de trabalho urbano, constituindo-se em mão de obra barata, alocada, sobretudo, na construção civil, no emprego doméstico e nos serviços de baixa qualificação. Com isso, uma parcela desses trabalhadores encontrou na catação de recicláveis uma alternativa de sobrevivência. Além de se submeterem a uma lógica de superexploração do trabalho, combinado com as péssimas condições de reprodução de suas vidas, os catadores foram as principais vítimas do processo de segregação socioespacial entre as décadas de 1960 e 1970. Com isso, em Campos, até o ano de 2012, cerca de 500 catadores trabalhavam no lixão. Embora reconhecessem a insalubridade do trabalho, eles ressaltaram a necessidade do mesmo para sobrevivência - “sustento dos filhos”; encontrava-se coisas boas que podiam ser reutilizadas; alegando ainda a proximidade do local de moradia (Terra Prometida e adjacências - se localiza em Guarus, subdistrito de Campos) com o lixão (Codin) (ALMEIDA, 2017).

Ademais, como supracitado a catação de materiais recicláveis é composta, sobretudo, por trabalhadoras mulheres e trabalhadores negros, oriundos, principalmente do trabalho da cana e posteriormente do lixão. Na cidade de Campos as catadoras que estão organizadas nas quatro cooperativas de materiais recicláveis presentes na cidade, representam 54,54%, sendo que destas 83,33% são negras e 90,9% de todos os catadores das cooperativas são negros (NETRAD, 2022). Os dados do NETRAD (2022) também apontam para baixa escolaridade, sendo que mais da metade dos catadores sequer chegaram ao Ensino Fundamental II. Ademais, cabe destacar que todos recebem mensalmente abaixo do salário mínimo, que quando os dados foram coletados era de R\$1.320.00 (NETRAD, 2022).

Esses dados apresentados não podem ser deslocados da análise supracitada, pois os negros serem maioria no trabalho da cana e posteriormente na catação de materiais recicláveis não é uma mera coincidência do destino, pelo contrário, é fruto de um Brasil que nasceu e se desenvolveu sobre bases escravistas, que utilizava como mão de obra principal e fundamental a escravizada e não se comprometeu em reparar os danos causados pelo antigo regime, desembocando na não absorção dos ex escravizados pelo mercado de trabalho de forma digna no pós abolição. Retomando no que Fernandes (2008) pontua, apenas restou dois caminhos para os ex escravizados, sendo um deles a integração pelo mercado de trabalho em formas adversas, sem direitos assegurados, salários e condições de trabalho dignos. Portanto, o resultado da relação de um Estado capitalista dependente com o racismo estrutural, é a vulnerabilização social majoritariamente de mulheres negras, devido aos diversos aspectos que dificultam a sua integração no mercado de trabalho formal e em ocupações com melhor remuneração e proteção social. E conseqüentemente, ao conjunto de bens e serviços públicos, como educação, saúde e moradia (ELPIDIO, 2020).

Considerações Finais

Este trabalho se iniciou refletindo sobre a formação sócio histórico brasileira ressaltando a espoliação cruel e extrema da abolição (FERNANDES, 2008), que não firmou nenhum compromisso em reparar a população negras por mais de três séculos de escravidão. Posto isto, fez-se necessário, mesmo que brevemente, pontuar a colonização como um processo essencial para o enriquecimento da Europa - através do saqueamento

do ouro e da prata, das riquezas naturais, do aniquilamento das populações originárias ou da brutal escravização dos povos africanos – e do empobrecimento do Brasil, que o condenou até os dias atuais ao título de dependência internacional e de país subdesenvolvido. Ademais, sobretudo, condena a população negra aos piores postos de trabalho, com baixa remuneração e sem direitos trabalhistas, muitas vezes em condições de trabalho não dignas que ainda compromete a saúde do trabalhador, como o da cana e da catação.

Por conseguinte, o desenvolvimento deste trabalho permite direcionar a análise para algumas conclusões, dentre elas, a de que a formação da sociedade brasileira foi forjada no racismo, que classifica as populações através das raças, elegendo a raça branca como o ideal a ser atingido; o racismo moderno que se originou com o capitalismo e que ambos produzem estruturas de poder que incidem sobre a vida da população negra, sobretudo, de mulheres negras, de modo a subjuga-las a papéis subalternos, obstaculizando o protagonismo diante da própria vida; que o mercado de trabalho no pós abolição foi formado com mão de obra majoritariamente estrangeira e nacional branca, e que a população negra recém liberta foi alijada do mercado de trabalho, continuando a compor a franja marginal da sociedade; o trabalho na cana de açúcar no antigo regime tinha como mão de obra principal a escrava e com o novo regime os negros continuaram sendo a principal e fundamental força de trabalho. Portanto, como resultado das demandas postas pela colonialidade, se formou no Brasil uma divisão racial do trabalho, pautado nas diferenças raciais, que faz com que a população negra atue como sujeitos ativos para sobreviverem. Sua vida sempre esteve vinculada aos processos de resistência e de luta pela sobrevivência, seja física ou simbólica.

Referências

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira. A disputa pelo lixo e a resistência dos catadores em contextos de segregação socioespacial/The dispute of the garbage and the resistance of catadores in socio-social segregation contexts. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 6, n. 2, p. 215-233, 2017.

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira; CRUZ, José Luis Vianna. Conflitos em espaços globalizados: uma leitura das resistências na Microrregião de Campos dos Goytacazes/RJ. **Novos Cadernos NAEA**, v. 24, n. 2, 2021.

ALVES, Leonardo Dias, Ghiraldelli Reginaldo: **A divisão racial do trabalho na formação social brasileira**. In NEVES, Angela Vieira, Ghiraldelli Reginaldo (organizadores). Trabalho, democracia e participação. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2022.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de ciências sociais**, v. 23, p. 101-116, 2008.

CHERFEM, C. O. Relações de gênero e raça em uma cooperativa de resíduos sólidos: desafios de um setor. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (Orgs.) **Catadores de materiais recicláveis: em encontro nacional**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. p. 47-74.

CRUZ, José Luiz Vianna. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense**. Rio de Janeiro, 2003. 338 p. Tese (Doutorado) – Planejamento Urbano e regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (mimeo).

ELPIDIO, Maria Helena. O lugar da negritude nas políticas do Estado brasileiro: faces persistentes de uma persistente ausência. **Vértices (Campos dos Goytacazes)**, v. 22, 2020.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Ática, 1978.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

MNCR. **Quantos Catadores existem em atividade no Brasil?**. Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, 2017-2021. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/> Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

MOURA, Clóvis. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideologia de dominação. In: MOURA, C. **Racismo e luta de classes no Brasil – textos escolhidos**. Ed. Terra sem amos, Brasil, 2020.

_____. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NÚCLEO DE PESQUISA EM DINÂMICA CAPITALISTA E AÇÃO COLETIVA - NETRAD. **Acervo de dados qualitativos e quantitativos do NETRAD**. Campos dos Goytacazes/RJ: UFF Campos, 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. **A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.**

SILVA, Roberto Cezar Rosendo Saraiva da; CARVALHO, Ailton Mota de. Formação econômica da Região Norte Fluminense. In: PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu e (Orgs.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo.** Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004. p. 27-75.